

Programa nacional de assistência estudantil¹: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública

▸ Maria Célia Nogueira Lima*

▸ Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo **

Resumo

Este artigo objetivou analisar as contribuições das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil, na percepção de estudantes de baixa condição socioeconômica, a partir do 4º período do curso de graduação de uma universidade pública federal localizada em Belo Horizonte, entre 2011 e 2014. Foi realizado um estudo de caso, descritivo e qualitativo. Para a coleta de dados foram aplicados questionários totalizando o número de alunos bolsistas do referido Programa, de acordo com o período estabelecido, obtendo-se o retorno de 124 questionários. As entrevistas foram efetuadas por meio de roteiro semiestruturado, tendo sido escolhidos 20 estudantes por acessibilidade e o critério que determinou este número foi o de saturação de dados. Os resultados apontam que o referido Programa, na ótica dos pesquisados, contribui para a permanência, a formação acadêmica e a inclusão social.

Palavras-chave: Programa Nacional de Assistência Estudantil. Permanência. Inclusão Social. Estudantes de Baixa condição socioeconômica.

1 Este artigo é parte integrante da dissertação, defendida em 12 de fevereiro de 2016, intitulada Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública.

* Mestre em Administração, Faculdade Novos Horizontes; Assistente social – nível E da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: mclima@ufmg.br.

** Doutora em Ciências das Organizações, Université Paris IX – Dauphine – França; Diretora Geral da Faculdade Novos Horizontes, Diretora de Pós-Graduação e Coordenadora do Mestrado em Administração da Faculdade Novos Horizontes. E-mail: diretoriageral@unihorizontes.br.

1 Introdução

Segundo Saviani (2007), a história da educação no Brasil registra uma evolução marcada pelas desigualdades. De acordo com Kowalski (2012, p. 22), “a educação no Brasil foi marcada por desafios e proposições pertinentes aos processos de mudanças vividos pela sociedade contemporânea”. Repensar a educação e torná-la objeto de reflexão demanda levar, também, em conta a assistência estudantil no âmbito da política de educação superior e das condicionalidades da efetivação da garantia de direitos, possibilitando condições de acesso e permanência aos alunos que ingressam no ensino superior público.

Essa lógica, no final dos anos de 1990 começa a mudar, uma vez que, as exigências impostas pela globalização, por meio de organizações multilaterais e de corporações transnacionais e de empresas locais, traduziram-se em mudanças na educação brasileira. De acordo com Santos e Silva (2012), “No caso da educação, reflete-se as recomendações de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sempre tendentes a propor a inclusão como mercadoria, do conhecimento, da ciência e das tecnologias; de seus correspondentes sistemas de produção; de seus especialistas, acadêmicos, de seus cientistas e dos saberes gerados nesses sistemas e nos processos de apropriação capitalistas.”

Em 2004, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, políticas como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a Lei de Inovação Tecnológica e Lei de Parceria Público-Privada (PPP) reafirmaram a subordinação da universidade ao capital produtivo (CARVALHO, 2013). O modelo do sistema europeu de educação superior era apresentado como a “chave para promover a mobilidade e empregabilidade dos cidadãos e para a obtenção de maior compatibilidade e de maior comparabilidade.” (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999, p. 1). Segundo Andrade et al. (2011), isso expressa a necessária homogeneização, fundamental para a mundialização econômica.

No Brasil, dentre as inúmeras medidas previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) merece menção o Decreto-Lei 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu

o Programa de Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujo objetivo, estabelecido em seu artigo 1º, é “Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL, 2007b, p. 1). O significativo aumento do número de vagas das universidades e o crescimento do acesso ao ensino superior de parcela da população historicamente excluída, como as mulheres, a população negra e os povos indígenas, oriundos de famílias de baixa condição socioeconômica, suscitaram a discussão sobre a necessidade de garantir condições para a permanência desses alunos na universidade (CARVALHO, 2013).

Segundo Kowalski (2012), após um longo processo de lutas e reivindicações por profissionais e dirigentes das IFES, o governo regulamentou a Portaria Normativa 39, do Ministério da Educação (MEC), de 12 de dezembro de 2007, na forma do Decreto-Lei 7.234, de 19 de julho de 2010, instituindo de modo integral, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O Estado incorporou a assistência estudantil e evidenciou que esta deverá ser utilizada como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e como mecanismo para ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência de jovens ao ensino superior público federal. Além do REUNI e do PNAES, em 2010 o governo instituiu o Sistema de Seleção Unificada (SISU), cujo critério de seleção é o desempenho do candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Logo, é possível afirmar que os avanços foram expressivos no campo da educação visando à inclusão social (CARVALHO, 2013).

Concomitantemente aos avanços dos programas voltados para a inclusão social na área da educação superior, a sociedade brasileira preconiza a necessidade de maior eficiência e impacto dos investimentos do governo em políticas públicas, além da avaliação, principalmente em se tratando de políticas sociais (OLIVEIRA, 2009). Segundo Ala-Harja e Helgason (2000, p. 6), “a qualidade das avaliações de programas podem complementar e desenvolver esforços de mensuração, monitoramento e auditoria de desempenho”. Costa e Castanhar (2003) retratam que, historicamente, o gerenciamento

do setor público esteve mais voltado para o processo de formulação de programas do que para sua implantação e avaliação. Nas últimas décadas, a avaliação de políticas e programas governamentais atribui maior relevância às funções de planejamento e de gestão das instituições, constituindo-se em um instrumento para a administração pública no processo de modernização da gestão governamental. Demonstra-se a efetividade das ações, caracterizando-se como um julgamento sobre o valor das intervenções por parte dos avaliadores internos e externos, bem como dos usuários e beneficiários (CUNHA, 2006).

Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar as contribuições das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para a permanência dos estudantes na Universidade e na formação acadêmica e a perspectiva quanto à inclusão social na percepção de estudantes de baixa condição socioeconômica de uma universidade pública federal, matriculados no período de 2011 a 2014.

O conteúdo deste artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção aborda-se o referencial teórico, que consiste na revisão dos temas escolhidos neste estudo. Na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos e, na quarta seção, apresenta-se a análise dos dados. A quinta e última seção apresentam as considerações finais e as referências.

2 Referencial teórico

Este referencial teórico apoia-se em uma base conceitual relacionada ao problema de pesquisa. Inicia-se com uma visão das políticas públicas para a educação superior, dividida nas subseções: avaliação das políticas públicas, avaliando o uso dos serviços prestados e políticas inclusivas compensatórias. Após as políticas inclusivas compensatórias aborda-se o ensino superior no Brasil e as políticas de assistência estudantil nas universidades brasileiras.

2.1 Políticas Públicas para a Educação Superior

Segundo Souza (2006), as políticas públicas estabelecem-se como um campo do conhecimento que coloca o governo em ação e/ou analisa essa ação. De acordo com Höfling (2001, p. 31), “políticas públicas devem ser compreendidas como o Estado em ação, no qual o mesmo formula projetos para a população como um todo”. A cada modelo de Estado também corresponde uma proposta de educação, uma vez que “todo projeto educativo, todo discurso educativo veicula uma imagem de homem, uma visão de homem.” (GADOTTI, 1984, p.144) que se deseja formar.

Segundo Denhardt (2012), o novo serviço público procura valores compartilhados e interesses comuns, por meio de um amplo diálogo e do engajamento de cidadãos. Ele é motivado pelo desejo de servir os outros e de lograr objetivos públicos. Habermas (1996) sugere como um modelo de democracia aquele que se baseia nas condições de comunicação sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados racionais de modo deliberativo. Logo, torna-se imprescindível o engajamento dos cidadãos em todo o processo de discussão, definição e implementação de políticas públicas, ou seja, o processo de avaliação.

2.1.1 Avaliação das políticas públicas na educação superior

Segundo Secchi (2010), a avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que não só o processo de implementação como também o desempenho da política pública são analisados. Vale ressaltar que, no Brasil, segundo Farah (2011) e Trevisan e Bellen (2008), os estudos sobre políticas públicas só ganharam notoriedade nos anos de 1980, quando os desafios impostos pela redemocratização trouxeram à tona, questões relativas ao poder e à política.

Foi também a partir desse período que passou a surgir uma série de tentativas de adotar políticas de cunho mais participativo no país. Entretanto, mesmo com todo o esforço, Lobato (2006) alerta para o fato de que os interesses na política pública no Brasil ainda são articulados sob as formas corporativista ou clientelista, devido à ausência de um sistema político-democrático consolidado, o que leva à exclusão de alguns atores do processo. Na

área social, a escolha adequada de uma avaliação é complexa, devido ao emaranhado de fatores envolvidos em todas as fases (MOTTA, 1992).

O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE afirma, baseando-se em Trevisan e Bellen (2008), que o objetivo da avaliação deve ser, dentre outros, “determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento”. Segundo Secchi (2010), a fase de avaliação é um momento de fundamental importância no ciclo de políticas públicas, porque é neste momento que se produz o feedback sobre as fases anteriores.

Costa e Castanhar (2003) apontam que se a avaliação é um recurso utilizado para medir o desempenho de programas e faz-se necessária a definição de quais aspectos dos resultados obtidos serão avaliados, ou seja, os critérios de avaliação. Os principais critérios utilizados, segundo os autores são: eficiência; eficácia; custo; impacto; sustentabilidade; efetividade; satisfação dos beneficiários e equidade.

Para avaliar a execução da política de assistência estudantil na universidade, foram utilizados os parâmetros vigentes no Programa Nacional de Assistência Estudantil e aqueles estabelecidos sob a ótica do comportamento do consumidor, ou seja, avaliar o uso dos serviços prestados.

2.1.2 Avaliando o uso dos serviços prestados na educação superior

No Brasil, até há pouco tempo pensava-se que os serviços públicos não necessitavam de atingir a satisfação dos seus usuários e de apresentar qualidade (KONTZ; PEIXOTO; PALMEIRA, 2014). Segundo Ramos e Schabbach (2012), a avaliação é um instrumento importante para melhorar a eficiência do gasto público, a qualidade da gestão e o controle social sobre a efetividade da ação do Estado, este último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo.

Na última década, propostas metodológicas de avaliação foram geradas por organismos internacionais de cooperação e financiamento, como: Organizações das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (*World Bank*), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

(OCDE), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad) (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Diversos autores afirmam que, embora se reconheça que a avaliação e o monitoramento são relevantes, na prática estas fases ainda não compõem efetivamente os processos de gestão dos programas governamentais no Brasil (COTTA, 2001; GARCIA, 2000; MOKATE, 2002; FARIA, 2005). Do mesmo modo, Rua (2004) afirma que no Brasil a importância da avaliação das políticas públicas é reconhecida em documentos oficiais e científicos. De acordo com Nogueira e Cavalcante (2009), o surgimento e a consolidação de sistemas de avaliação e de monitoramento de políticas públicas indicam que a institucionalização vem gradualmente superando tais obstáculos.

Conforme a **Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão** (1789), em seu art. 15, prescreve: “A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público, quanto à sua administração”, mas também quanto à sua abrangência e seus efeitos (DECLARAÇÃO..., 1789).

2.1.3 Políticas inclusivas compensatórias

Segundo Silva (2010) a política compensatória refere-se a todo tipo de ação de governos que tem por objetivo minimizar carências nas condições de vida de grupos sociais específicos, vistos como prejudicados ou discriminados pelo padrão dominante de distribuição da riqueza social. Essas políticas têm incluído programas de assistência e de transferência de renda, além daquelas referidas à educação, à previdência e à seguridade social. Munanga (1996) salienta que, historicamente, as políticas públicas brasileiras podem ser caracterizadas por medidas redistributivas ou de cunho assistencialistas contra a pobreza, e considerando as discriminações existentes no que se refere às questões de raça ou etnia. De acordo com Cury (2005), as políticas inclusivas, podem ser assim entendidas como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais. As políticas inclusivas têm como referência os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social.

Para Gugel (2004), a inclusão social, assim entendida como um processo abrangente de preparação de todos para receber, acolher e conviver com a diversidade, só é possível se cumpridos os direitos sociais, o que torna possível afirmar estar todo cidadão no exercício pleno da cidadania. Segundo Santos (2003), apenas a exigência do reconhecimento e da redistribuição permite a realização da igualdade. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

2.2 O Ensino Superior nas IES do Brasil

De acordo com a Constituição brasileira, a educação é direito fundamental, universal e inalienável, instrumento de formação da cidadania e meio de emancipação social. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). No que diz respeito à educação superior, é mister reconhecer que, não obstante o fato de o Estado sempre ter tomado para si grande parcela de responsabilidade no oferecimento de vagas em universidades públicas e gratuitas, até o final do último século estas instituições foram de uso privilegiado das elites do País (CARVALHO, 2013).

Bonetti (2011) estabelece que, no contexto atual a elaboração e o estabelecimento das políticas públicas dependem de alguns fatores preponderantes, que ele identifica como: interesse do capital internacional e a correlação de interesses de origem no contexto nacional das classes dominantes e de grupos e segmentos da sociedade civil. Nesse sentido, vale ressaltar que, aliada à onda neoliberal e ao processo mundial de globalização econômica, a reforma do ensino superior no Brasil, que começou a ser implementada em 1995, simultaneamente com a reforma do Estado, contextualizou-se também em cenário de redemocratização do País. Problemas sociais passaram a ser mais amplamente discutidos, alterando a agenda política nacional (CARVALHO, 2013). Segundo Rodrigues, Schmitz e Freitas (2012), a intenção de planejar ações educativas em prol de uma educação de qualidade era desejo dos pioneiros da Escola Nova, desde 1932.

Durante a história educacional brasileira, surgiram várias ações com esse mesmo objetivo, por exemplo, as reformas estaduais ocorridas durante as décadas de 1920 e 1930, que refletiram no decorrer da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), apresentando vários planos para o desenvolvimento educacional, dentre eles o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007a). O PDE surgiu em 2007, a partir do Decreto 6094/2007, para preencher uma lacuna deixada pelo Plano Nacional de Educação (CARVALHO, 2013).

Apesar de Chaves, Lima e Medeiros (2006) apontarem como características centrais da reforma do ensino superior no Brasil a redução dos investimentos públicos e a defesa da diversificação das fontes de financiamento do ensino, sob a alegação do Banco Mundial de que a crise na educação no Brasil era consequência do modelo de universidade de pesquisa, o qual é extremamente oneroso, a partir do Governo Lula da Silva assistiu-se a uma mudança deste paradigma. De acordo com Andrade et al. (2011), a partir de 2006 iniciou-se no Brasil uma campanha contra o formato de ensino superior ministrado na maioria das universidades públicas brasileiras. Com a crise mundial manifestada em 2008, o Brasil apresentava avanços econômicos e a implantação de políticas sociais mais inclusivas, já que o novo modelo de desenvolvimento adotado requeria alterações na inclusão social e na diminuição das desigualdades sociais.

Segundo Léda e Mancebo (2009), uma nova proposta materializou-se no Brasil, com a publicação do Decreto 6096, que instituiu o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. Agregado ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), instituído pela Portaria Normativa MEC 2, de 26 janeiro de 2010, forma o grupo de políticas públicas de ampliação do acesso ao ensino superior.

O REUNI, de forma direta ou indireta, articula-se aos novos padrões de intervenção do Estado e o discurso da Nova Gestão Pública (NGP). Apesar das motivações neoliberais, não propunha a desresponsabilização do Estado com a educação e tampouco incentivava o empresariado por meio de medidas que incentivassem a privatização do ensino superior no País (CARVALHO, 2013). O objetivo principal do REUNI era criar condições para a ampliação do acesso e a permanência na educação superior no nível de graduação, para

o aumento da qualidade dos cursos e para o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007c).

As propostas deveriam atender às seguintes diretrizes, dentre outras: redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, em especial no período noturno e ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.” (CARVALHO, 2013, p. 43).

2.3 As políticas de assistência estudantil nas universidades brasileiras

As políticas brasileiras de assistência estudantil, voltadas para os alunos de graduação das universidades, podem ser divididas em duas fases distintas. A primeira fase começou em 1928, quando foi criada em Paris a Casa do Estudante Brasileiro, com o pressuposto de apoiar e auxiliar os estudantes universitários que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em fixar residência na referida cidade. O governo de Washington Luís era responsável pelo repasse integral das verbas da construção e manutenção da residência (ARAÚJO, 2007). Esta primeira fase terminou em 1980. A segunda fase é compreendida desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais.

Vale ressaltar que a política de assistência estudantil sempre esteve associada às questões políticas do País. Em 1931, foi aprovado o **Estatuto das Universidades Brasileiras**. Nesse estatuto, o estudante deveria fazer parte do poder decisório da instituição, por intermédio de seus representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) (CUNHA, 2007).

Ainda em 1931, com a Reforma Francisco Campos, houve a primeira tentativa de regulamentar a política de assistência estudantil no Brasil. Esta lei foi incorporada na Constituição Federal de 1934, no artigo 157, que estabelecia o repasse de verbas para auxiliar os alunos necessitados, por meio do fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos e assistência alimentícia e dentária (LIMA, 2002). Como naquele momento o ensino superior estava se organizando, a assistência estudantil ocorria

principalmente por meio de investimentos nas instituições. Por essa razão, a principal ação consistiu na construção de cidades universitárias (CAMPOS, 1940).

Nos anos de 1960, período da ditadura militar, o movimento estudantil promoveu diversos eventos para discutir a Reforma Universitária e os direitos dos estudantes. Em 1961, sob a pressão da União Nacional dos Estudantes (UNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída por meio da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, reconheceu a assistência estudantil como direito (BLUMBERG, 2012).

Em 1970, o Governo Federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que pretendia manter uma política de assistência estudantil para a graduação em nível nacional. Contudo, foi extinto nos governos subsequentes (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 1995).

A partir do final da década de 1970, o Brasil passou por um processo de redemocratização, que foi decorrente, principalmente, da forte crise econômica que se estabeleceu no governo militar (KINZO, 2001). Nesse contexto, a assistência estudantil entrou em uma segunda fase, na qual passou a existir um processo de formulação de políticas públicas para tratar da referida temática, uma vez que com a nova conjuntura política abriu-se espaço para debates que visavam garantir os direitos sociais dos cidadãos (PALAVEZZINI, 2014). As discussões ganharam eco com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que se constituiu no marco regulatório da garantia da efetividade de direitos fundamentais e da prevalência dos princípios democráticos “igualdade de condições para acesso e permanência na escola.” (BRASIL, 1988).

3. Metodologia do estudo

Quanto aos fins esta pesquisa é descritiva porque expõe características e percepções de uma determinada população. Segundo Godoy (1995), “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”.

Esta pesquisa foi realizada em uma universidade pública federal situada no município de Belo Horizonte – Minas Gerais. Na referida universidade, os programas de assistência estudantil são desenvolvidos por meio de uma fundação universitária, criada como associação em 1929. Para acessar os programas, os interessados, regularmente matriculados na universidade podem se cadastrar pela Internet. Após preenchimento de questionário pessoal e sigiloso, os estudantes são avaliados com base no perfil socioeconômico e são solicitados a apresentar documentação que comprove a sua situação. Para cada nível de classificação há um conjunto de programas disponíveis (STARLING, 2009), assim os alunos que no conjunto dos indicadores sociais, econômicos e culturais de seu contexto familiar não conseguem manter suas necessidades básicas e complementares na universidade podem ser classificados em: Nível I: estudantes que apresentam grande dificuldade para se manter na universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar); Nível II: estudantes que apresentam nível de dificuldade intermediária para se manter na universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar), e nível III: estudantes que apresentam baixo grau de dificuldade para se manter na universidade.

Nesta pesquisa, a unidade de análise foi a assistência estudantil sob a ótica dos estudantes de baixa condição socioeconômica, assistidos pela fundação, classificados nos níveis I, II e III, a partir do 4º período e que ingressaram na universidade entre 2011 a 2014. Para a coleta de dados foram aplicados questionários totalizando o número de alunos bolsistas do referido Programa, de acordo com o período estabelecido, obtendo-se o retorno de 124 questionários, destes, foram entrevistados, por meio de roteiro de entrevista semiestruturado, 20 estudantes escolhidos por acessibilidade e o critério que determinou o número de entrevistas foi de saturação de dados.

Quanto a técnica de coleta de dados, Vergara (2013), afirma que o pesquisador deve explicitar como os dados foram coletados para o alcance das respostas ao problema. Logo, esta coleta de dados foi feita por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado e aplicação de questionário com questões discursivas e fechadas, apoiado em dados pessoais e perguntas em consonância com os objetivos específicos. Os questionários

foram enviados por meio eletrônico e, também, entregues aos discentes, por meio físico, para maior agilidade, após orientação e coleta de assinatura em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Com a finalidade de obter um maior grau de compromisso nas respostas, os participantes foram escolhidos por acessibilidade, sendo-lhes assegurado o anonimato. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada é um dos principais meios para obtenção de coletas de dados em pesquisas, uma vez que favorece a possibilidade da exposição dos pensamentos pelos entrevistados sobre os temas relacionados aos objetivos, geral e específicos. No que concerne à análise de dados, o referido processo teve como base o método de Melo (2009) que segue os princípios de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977). Na tabulação temática, não há preocupação com a frequência das respostas, mas com a relevância dos discursos, contradições e outros elementos que “chamem a atenção do pesquisador com relação aos objetivos do estudo e ao referencial teórico adotado.” (MELO, 2009, p. 13).

Posteriormente, foram criadas categorias de análise. Segundo Franco (2008), existem dois caminhos para se criar as categorias: antes ou após as entrevistas. No referido estudo, as categorias para abordagem foram criadas previamente. As categorias utilizadas, para a análise, são: Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); inclusão social pela educação; contribuição do programa para a formação acadêmica e mudanças na vida dos alunos de baixa condição socioeconômica após os benefícios da assistência estudantil.

4 Apresentação e análise dos dados

Nesta pesquisa o recorte utilizado foi o universo de estudantes que entraram na universidade entre 2011 e 2014, cursando a partir do 4º período de graduação, classificados pela fundação universitária entre os níveis I e III. Dos questionários aplicados foram recebidos 124 validados. Destes 124 discentes respondentes, 21 vinculam-se à área de Linguística, Letras e Artes; 30, à área da Saúde; 23, à das Ciências Sociais Aplicadas; 4, à área das Ciências Agrárias; 4, à das Ciências Biológicas; 13, à das Engenharias; 18, à das Ciências Exatas e da Terra; 8, à das Ciências Humanas e 3 não responderam. Embora haja estudos que relatem que a maioria dos discentes oriundos das classes mais populares da

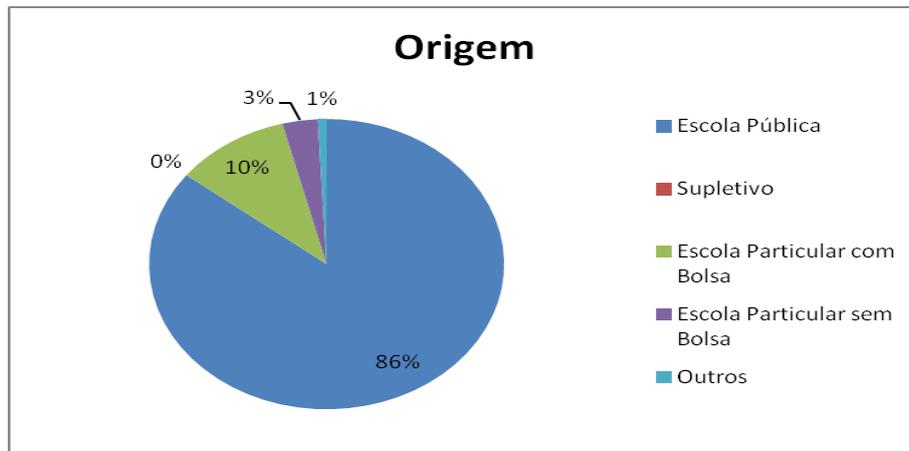
sociedade optem por cursos das áreas de Linguística, Letras e Artes, das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, nesse grupo específico dos estudantes pesquisados, o número maior está matriculado nos cursos da área da Saúde, seguidos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística, Letras e Artes.

Iniciou-se a análise de dados descrevendo o perfil sociodemográfico dos referidos estudantes pesquisados e, posteriormente, analisou-se os benefícios do Programa de Assistência estudantil; as contribuições do programa para a formação acadêmica; as contribuições da política de Assistência Estudantil para a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica, para realização do seu curso; as mudanças ocorridas na vida dos alunos após serem contemplados com os benefícios do Programa de Assistência Estudantil, bem como os Princípios e objetivos do PNAES tendo como parâmetro a inclusão social, na perspectiva dos pesquisados.

5.1 Perfil sociodemográfico

Quanto à idade, 70 respondentes, a grande maioria, situavam-se na faixa etária entre 21 e 25 anos; 29, com menos de 20 anos; 15, entre 26 e 30 anos; 5, entre 31 e 35 anos; 1, entre 36 e 40 anos e 3, entre 41 e 60 anos. Embora a predominância da idade seja entre 21 e 25 anos, nos cursos de graduação percebe-se a inclusão de discentes com menos de 20 anos e, também, entre 26 e 60 anos. Com relação ao ensino médio, 106 respondentes estudaram em escola pública; 13 em escola particular com bolsa e apenas 4, em escola particular sem bolsa. Um, informou “Outros”, mas não especificou. Percebe-se que um número grande de respondentes, o que representa 86%, era oriundo de escolas públicas (gráfico 1).

Gráfico 1 - Origem Escolar dos pesquisados

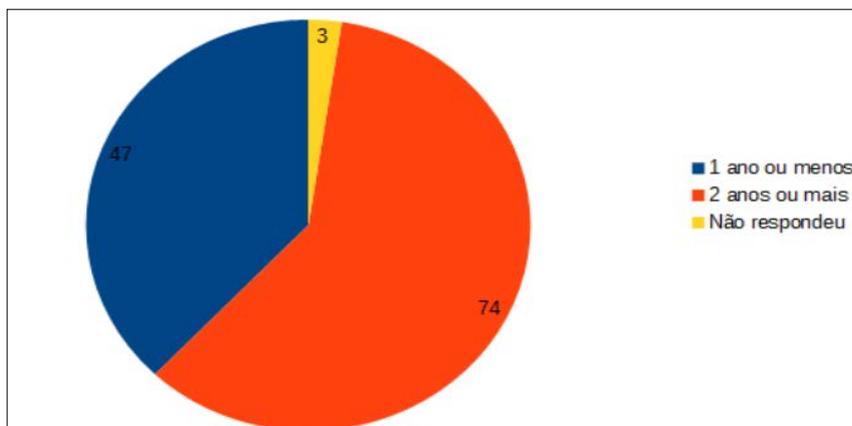


Fonte: Os autores (2015).

No que se refere ao gênero, dos 124 respondentes, 57 são mulheres e 67 são homens. Com relação ao perfil acadêmico, o período que estão cursando situa-se entre o 4º e 13º período. Vale ressaltar que os alunos têm o prazo máximo de sete anos, ou seja, quatorze períodos, para concluir o curso. Quanto ao turno, 61 cursam o integral; 34, o noturno; e 22, o matutino. Os cursos em tempo integral, em sua grande maioria, são da grande área das Ciências da Vida, isto é Medicina, Farmácia, Biologia, Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e Enfermagem, entre outros.

Em relação ao Programa Nacional de Assistência Estudantil, o grupo pesquisado informou que está fazendo uso dos benefícios da assistência estudantil por um período entre 2 e 5 anos, sendo que a maioria dos estudantes do grupo pesquisado é usuária há mais de 2 anos (gráfico 2).

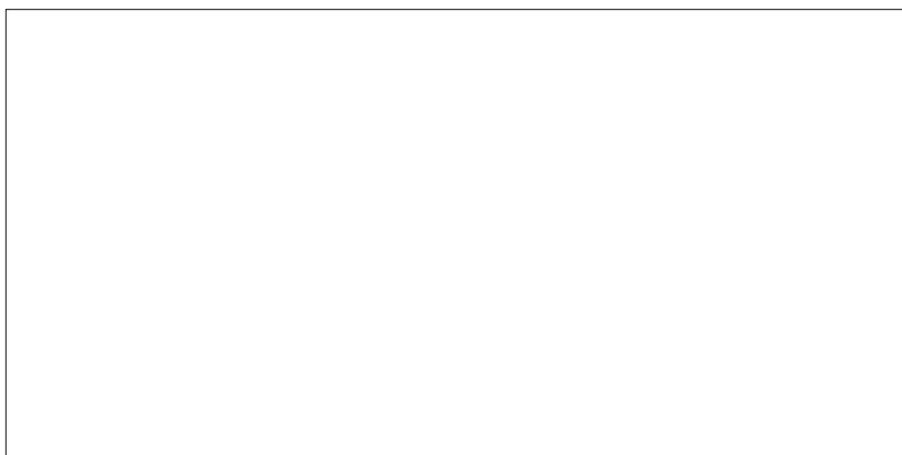
Gráfico 2 – Tempo de uso da assistência estudantil



Fonte: Os autores (2015).

Dentre os benefícios mais importantes para o referido grupo, citam-se em ordem decrescente: alimentação, moradia universitária, bolsa de acesso a material didático, bolsa de auxílio financeiro, assistência à saúde, bolsa de acesso à informação digital e bolsa permanência, bolsa estágio e bolsa de acesso ao livro “Bernardo Álvares” (gráfico 3).

Gráfico 3 - Benefícios utilizados



Nota: A soma das frequências é superior a 100% por ter sido possível aos entrevistados darem mais de uma resposta.

Fonte: Os autores (2015).

A bolsa de acesso ao livro “Bernardo Álvares” é um benefício destinado aos estudantes de graduação que apresentam mérito no desempenho acadêmico. Nota-se a

significância da alimentação, moradia, bolsa auxílio financeiro, assistência à saúde e outros benefícios da assistência estudantil, na vida dos estudantes classificados pela fundação, entre os níveis I, II e III, para permanecerem em seus cursos, evitando, assim, a evasão e retenção escolar. Percebe-se que, a política de assistência estudantil desenvolvida na universidade por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está de acordo com os parâmetros da Constituição Federal de 1988.

Com relação às proposições feitas com o modelo da escala Likert, tendo como base os valores absolutos nas marcações do grupo pesquisado no que concerne a “Concordo totalmente” e “Concordo parcialmente”, que são de cunho positivo, pode-se afirmar que os respondentes acreditam que os programas de assistência estudantil desenvolvidos pela universidade, em sua abrangência, são satisfatórios no que concerne à permanência, à formação acadêmica, à equidade de oportunidades e à inclusão social pela educação.

5.2 Os benefícios do Programa de Assistência estudantil na ótica dos pesquisados

A maioria dos pesquisados respondeu que o tripé alimentação, moradia, material didático é que mais faz diferença na vida dos estudantes de baixa condição socioeconômica além do auxílio financeiro seja com relação às bolsas de material acadêmico, estágio e ou transporte, e da assistência à saúde, médica e odontológica. Mas 30% dos entrevistados informou que a contribuição mais importante do programa é a garantia de permanência do estudante na universidade. Foram mencionados, também, pelo grupo pesquisado, outras conquistas possibilitadas pelo Programa, dentre os quais: a tranquilidade devida à maior disponibilidade de tempo para dedicação aos estudos, a contribuição social além da oportunidade de acesso a outros programas. No que se refere à contribuição social, uma parte do grupo pesquisado salientou a importância do acesso à vaga na moradia universitária. As respostas dos entrevistados revelam, em sua grande maioria, que os benefícios do programa considerados mais importantes contribuem para melhorar a vida acadêmica e, conseqüentemente, a vida pessoal.

[...] “Uma das mais importantes é a permanência do estudante na Universidade, que a gente sabe a dificuldade que o aluno tem de sair de sua casa no interior [...] muitas vezes, aquele que não tem a mínima condição de se sustentar numa capital como Belo Horizonte. Então estes

programas garantem a, ou tentam garantir, a permanência desses alunos com alimentação... moradia”.... (E1).

[...] “Bem... é... Eu vim lá do Amazonas. Sou da Amazônia [...] vim de lá para estudar aqui e não conheço ninguém. Então para mim esse programa de assistência tá sendo muito útil, pois garante que eu continue meus estudos aqui dentro de condições dignas, pois tenho alimentação, moradia. Tenho recurso financeiro que me garanta no meu percurso acadêmico.” (E3).

Pode-se inferir, a partir dos extratos das entrevistas, a grande importância da assistência estudantil como política de cunho compensatório para a inserção de uma parcela da sociedade brasileira que, historicamente, nunca tivera acesso a uma educação superior. Sem a assistência estudantil, a maioria do grupo não estaria na universidade devido à condição de pobreza. O conceito de política compensatória não tem conteúdo ou destinatário específico, exprimindo, antes, uma diretiva política de governos de democracias liberais comprometidas com a efetividade da função social do Estado (SILVA, 2010).

5.3 Contribuições do programa para a formação acadêmica, na perspectiva do aluno beneficiado

Justificando os principais motivos para participar do Programa de Assistência Estudantil, o grupo pesquisado respondeu que sem a assistência estudantil não estaria na universidade, uma vez que seu núcleo familiar não poderia garantir a sua permanência devido à baixa condição socioeconômica do mesmo. Além dessa premissa, apurou-se que há casos em que, além da vulnerabilidade social, a orientação sexual forçou os respondentes a abandonarem a família, por opção ou por rejeição dos mesmos pelo seu núcleo familiar. As respostas do grupo pesquisado no que concerne às entrevistas corroboram os resultados verificados no questionário, em relação às proposições. Vale ressaltar que na percepção dos respondentes, os benefícios da assistência estudantil possibilitaram fazer um curso de graduação tão almejado, e, possivelmente, terminá-lo sem grandes transtornos no que se refere ao aspecto financeiro. Seguem abaixo extratos das entrevistas discorrendo sobre as contribuições do programa:

[...] “Em primeiro lugar, sou de família de renda baixa. Tenho orientação sexual diferente da maioria da sociedade, fui expulso de casa. E, então,

sem a assistência estudantil eu não teria possibilidade de fazer este curso, com que sempre sonhei.” (E8).

[...] “A pobreza. A maioria de nós vem de outra cidade, nunca imaginou estar numa universidade federal ainda mais tão longe assim, de casa. Como sou “nível I”, sou de uma família humilde, que não tem como me enviar qualquer quantia em dinheiro. Eu dependo totalmente da assistência estudantil.” (E9).

As respostas evidenciaram a situação vivenciada pelos estudantes do grupo pesquisado e, demonstraram a necessidade das ações da assistência estudantil. Conforme Moehlecke (2002), essas ações são medidas especiais de políticas públicas e/ou ações privadas de cunho temporário, ou não, que incidem nas questões raciais, de gênero e de inclusão de pessoas com deficiência ou indígenas, pobres dentre outros grupos socialmente discriminados.

5.4 Contribuições da política de Assistência Estudantil para a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica, para realização do seu curso

Com relação à permanência do estudante no curso, a grande maioria do grupo pesquisado afirmou que a política de Assistência Estudantil garante, integralmente, a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica. Somente um dos respondentes acredita que “a igualdade fica comprometida” no caso específico de estudantes casados que precisam de outra renda para manter a família. Seguem alguns extratos de entrevistas que corroboram tal conclusão.

[...] “Em algumas ações, como no caso dos cursos, como eu disse anteriormente. No entanto, embora eu não saiba se a “fundação” conseguiria interferir nisto, eu percebo que em alguns casos essa igualdade fica comprometida, pois o aluno que não tenha tempo a dispor, a não ser com retorno financeiro, por uma questão de necessidade (precisa trabalhar) fica excluído de programas de iniciação e de monitorias que são de natureza voluntária. Sobre a permanência, isso depende de que o aluno consiga se manter com a mínima dignidade na vida fora da Universidade para que ele possa continuar estudando. A “fundação” têm algumas restrições. Por exemplo, o aluno casado tem dificuldades maiores para obter vaga na moradia estudantil.” (E6).

[...] “Sobre a permanência, auxilia bastante. Eu, por exemplo, dependo totalmente do apoio da assistência estudantil para permanecer na universidade.” (E7).

É importante frisar que a política de Assistência Estudantil não tem como pressuposto garantir a manutenção da família, e sim do estudante de baixa condição socioeconômica, para que ele faça e termine o seu curso de graduação em condições de equidade. Nesse

sentido, faz-se necessário refletir que a política de Assistência Estudantil, enquanto política pública tem uma verba destinada tão somente ao estudante de graduação de baixa renda.

5.5 Mudanças ocorridas na vida dos alunos após serem contemplados com os benefícios do Programa de Assistência Estudantil

No que concerne às mudanças ocorridas na vida dos estudantes após serem contemplados com os benefícios do Programa de Assistência Estudantil, as respostas dos entrevistados revelam que o grupo foi unânime em responder que houve mudanças tanto na vida pessoal como na acadêmica. Elas refletiram diretamente no rendimento semestral global, na socialização e na saúde, principalmente a psíquica. Percebe-se que as repostas condizem com o referencial teórico no tocante à importância da assistência estudantil e, conseqüentemente, à inclusão de novos atores na educação superior brasileira.

São perceptíveis as mudanças na vida dos estudantes do grupo pesquisado após os benefícios da assistência estudantil. Há também registros de melhorias de ordem psíquica, como a tranquilidade, o amadurecimento, o crescimento como pessoa nos âmbitos social, cultural e acadêmico e, além disso, registra-se gratidão por ter participado do programa de intercâmbio e a percepção da importância do mesmo para aprimorar o conhecimento. Seguem os extratos de entrevistas.

[...] “Gostaria de falar sobre o intercâmbio que vou fazer na Holanda, que eu não teria condições de fazer se não fosse através da bolsa. Mesmo não sendo uma bolsa que cubra todas as necessidades (juntei um pouco com os rendimentos do meu estágio), é importante a “fundação” oferecer estas oportunidades, bem como descontos nos materiais do curso e bolsa.” (E5).

[...] “Antes da assistência estudantil, eu tinha de correr atrás, de alguma forma, de conseguir meu sustento. Depois da assistência, passei a me sentir mais estável, pelo menos financeiramente. [...] Além da alimentação, eu tenho uma bolsa de R\$400,00. [...] Depois da assistência, passei a me sentir independente. Pude começar a fazer outras coisas que eu desejava, como, por exemplo, produzir artigos.” (E8).

[...] “Antes dos benefícios, eu não tinha ideia de como é a vida aqui... Sentia-me meio sozinho. Como o maior benefício foi a moradia, pude conviver com diversas pessoas e pude evoluir como pessoa, e isto influenciou no meu desempenho acadêmico.” (E10).

Kowalski (2012) ressalta a importância das Instituições de Ensino Superior (IES) nas afirmações das políticas educacionais que atendam às necessidades socioeconômicas, psicológicas e psicopedagógicas dos alunos ingressantes e apresentam as devidas demandas aos setores responsáveis por fomentar as condições de aproveitamento acadêmico.

5.6 Princípios e objetivos do PNAES tendo como parâmetro a inclusão social, na perspectiva dos pesquisados

Quanto aos princípios e objetivos do PNAES tendo como parâmetro a inclusão social, na perspectiva dos pesquisados, em primeiro lugar, julgou-se importante inserir a seguinte citação nas entrevistas com o grupo pesquisado. “O processo de aquisição de educação é um insumo importante tanto para o indivíduo quanto o setor produtivo. Para o indivíduo, porque eleva os rendimentos pessoais; para o setor produtivo, porque gera eficiência e aumenta a produtividade.” (SCHULTZ, 1973). Nesse contexto, formulou-se a pergunta: você percebe que a assistência estudantil trabalha na perspectiva do desenvolvimento do capital humano? Em sua maioria, o grupo pesquisado acredita que a assistência estudantil trabalha na referida perspectiva e que a aquisição de educação é realmente um insumo importante. Percebeu-se nas falas dos entrevistados a importância de ser protagonista de sua própria história por intermédio da educação, da aquisição do conhecimento.

Seguem abaixo os extratos de algumas entrevistas.

[...] “Uma vez com acesso a esses benefícios, a universidade, juntamente com isso, te proporciona um pensamento diferente de tudo que você vive fora da universidade, que você estuda em uma universidade particular e que te faz crescer como pessoa, mais como pessoa que como estudante. E aí acaba que se você vai ser inserido naquele sistema eu não sei, mas vai ser inserido com uma mente totalmente diferente.” (E1).

[...] “Além de a assistência trabalhar o desenvolvimento do capital humano para o próprio estudante, ele como ser humano agente de mudanças, agente que tem influência no meio, também vai refletir naqueles que vão se beneficiar do nosso estudo. Eu, por exemplo, que estudo aqui ..., estou me beneficiando muito, aprendendo como ser uma futura médica. Quando me formar eu vou retornar para o meu povo.... Vejo que sim. A assistência estudantil está inserida dentro desse processo que este cientista, este professor mencionou. Concordo!” (E3).

Segundo Carvalho (2013), o País encontra-se em um momento privilegiado para promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da sua universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas, sociais e econômicos, vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais.

Para Habermas (1996), o cidadão deve ser democraticamente ativo. Neste contexto, torna-se imprescindível o engajamento dos cidadãos em todo o processo de discussão, definição e implementação de políticas públicas.

No tocante aos critérios para acesso ao Programa de Assistência Estudantil na universidade, para a maioria dos entrevistados, são válidos, embora rígidos “para evitar fraudes”. Alguns extratos das entrevistas sobre os critérios para acesso à Assistência estudantil da universidade.

[...] “No meu caso, como estudante indígena, não foi difícil. Acredito que para os outros estudantes não sei. Por mim, na minha posição como estudante indígena, eu não vejo grandes dificuldades, não, pelo contrário, eu achei que foi até rápido.” (E4).

[...] “Eu estava no terceiro período quando consegui meu nivelamento. Eu achei bem difícil conseguir toda a documentação. Por isto a demora. Mas, acho correto, pois, sendo limitado o número de bolsas, é preciso estabelecer critérios e, também, evitar fraudes. (E5).

Vale lembrar que os recursos são finitos, em contraposição ao número maior de sujeitos em plena inserção na universidade.

Perguntados sobre a divulgação das ações do Programa de Assistência Estudantil, o grupo pesquisado respondeu, em sua grande maioria, que é necessário melhorar as referidas ações. Abaixo alguns extratos de entrevistas do grupo pesquisado.

[...] “Não. Eu acho que não. Eu, por exemplo, não sei de todas, assim, todos os objetivos. Eu, por exemplo, quando eu cheguei aqui eu fui saber da assistência estudantil através de uma menina que fazia o mesmo curso que eu.[...] Eu nem sabia que tinha uma assistência estudantil, na verdade, na Universidade.” (E3).

[...] “Até certo ponto, sim. No entanto, tem gente que fica um tempo sem saber da existência da assistência. O calouro precisa ser melhor informado.” (E13).

Pode-se concluir, com base nas respostas do grupo pesquisado, que a melhoria da divulgação contribuirá diretamente, de forma mais acentuada, para a democratização das condições de permanência na universidade. E, embora os respondentes acreditem que o programa é bom, faz-se necessário avaliá-lo com uma frequência determinada, uma vez que as transformações na sociedade são constantes.

Alguns respondentes acreditam que a assistência médica precisa ser expandida, principalmente com profissionais especializados nas áreas de Psiquiatria e Psicologia. Mas, quase por unanimidade, a maioria do grupo procurou, de alguma forma, reafirmar a contribuição das ações do Programa de Assistência Estudantil para a democratização e a ampliação das condições de permanência, além da inclusão social, conforme o extrato da entrevista a seguir.

[...] “Acho que o programa precisa contemplar melhor a parte médica, observando uma rotina de atendimento psicológico, pois há vários alunos com depressão. Um colega meu teve de sair por causa de um problema de esquizofrenia. Acho que é isso.” (E13).

Vale enfatizar que a inclusão, no contexto das universidades, se dá pela educação, ou seja, pela via do conhecimento. A importância da assistência estudantil é, aqui, reiterada mais uma vez.

5. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi analisar as contribuições das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), na permanência e na formação acadêmica e a perspectiva para a inclusão social na percepção de estudantes de baixa condição socioeconômica de uma universidade pública federal, matriculados no período de 2011 a 2014.

Para realizá-lo foi utilizado questionário, com questões fechadas e discursivas, enviados por meio eletrônico e, também, entregues aos discentes, por meio físico, para maior agilidade, após orientação e coleta de assinatura em Termo de Consentimento Livre

e Esclarecido. Dos questionários aplicados foram validados 124. A complementação da coleta de dados foi feita com 20 entrevistas com roteiro semiestruturado dentre o grupo que respondeu o questionário. Foram utilizados os critérios de acessibilidade e, também, no caso específico das entrevistas, a saturação de dados.

Com relação aos benefícios do Programa de Assistência Estudantil, constatou-se que para a maioria dos pesquisados o tripé alimentação – moradia – material didático é o que mais faz a diferença na vida dos estudantes de baixa condição socioeconômica, além do auxílio financeiro e da assistência à saúde.

Quanto às contribuições do programa para a formação acadêmica dos estudantes, percebeu-se pelos dados analisados, que a política de Assistência Estudantil da universidade cumpre um dos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que é o de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior.

As contribuições da política de Assistência Estudantil para a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica e para realização de seu curso também foram percebidas pelo grupo pesquisado, por meio dos benefícios recebidos, uma vez que, não tendo que se preocupar com sua manutenção no dia a dia, o grupo pesquisado tem condições tanto físicas como psíquicas de centrar esforços somente nas atividades e compromissos de sua graduação e seu aprimoramento concernente ao conhecimento.

As mudanças ocorridas na vida dos alunos após serem contemplados com os benefícios do Programa de Assistência Estudantil, segundo os estudantes pesquisados, foram diversas.

Sobre a análise do cumprimento dos princípios e objetivos do PNAES, tendo como parâmetro a inclusão social na educação, na perspectiva dos pesquisados, pode-se afirmar que sob a ótica da maioria dos estudantes, eles foram incluídos socialmente por intermédio da educação, em especial no que concerne à inserção no Programa de Moradia Universitária.

No tocante a análise dos princípios e objetivos do PNAES, quanto ao seu cumprimento, tendo como parâmetro a inclusão social na perspectiva dos pesquisados, pode-se afirmar que, com base nas respostas tanto nos questionários quanto nas entrevistas dos estudantes classificados nos níveis I, II e III, pela fundação, os princípios e os objetivos estão condizentes com a proposta do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

A política de assistência estudantil da universidade, financiada pelo MEC, a partir de 2008, por intermédio do Programa Nacional de Assistência Estudantil, objeto deste estudo, está cumprindo com a sua missão, pois, a um só tempo, socializa o conhecimento ao possibilitar o acesso a uma formação de qualidade, e contribui, também, para o futuro da sociedade.

Para finalizar, com relação a limitação do estudo, entende-se que o questionário poderia ser estruturado para fazer uma triangulação de dados. E, este estudo pode apontar para novas pesquisas sobre esta temática, inclusive, fazendo estudos comparativos com a realidade de outras universidades. Acredita-se que este tema enseja possibilidades de novas pesquisas na área de Administração e em outras áreas de conhecimento.

Referências

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. Brasília, DF, *Revista do Serviço Público*, ano 51, n. 4, out./dez., 2000.

ANDRADE, D. C. T. de et al. A gestão pública e o Reuni: entre o social e o gerencial. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, Três Corações, v. 9, n. 2, p. 154-170, ago./dez. 2011.

ARAÚJO, M. P. N. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BLUMBERG, P. *De Córdoba aos dias atuais: a luta pela reforma universitária*. São Paulo: União Nacional dos Estudantes, 2012. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2012/12/de-cordoba-aos-dias-atuais-a-luta-da-une-pela-reforma-universitaria/>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

BONETTI, L. W. *Políticas Públicas por dentro*. Ijuí: Editora Injuí, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Portaria Normativa nº 39, de 12 de Dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007c.

CAMPOS, F. *Educação e Cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CARVALHO, S. C. da S. *Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras*. 2013. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade de Lavras, Minas Gerais, 2013.

CHAVES, V. L. J.; LIMA, R. N.; MEDEIROS, L. Política de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS, 7., 2006, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: GBPD, 2006.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *RAP*, Rio de Janeiro, p. 969-992, set./out. 2003.

COTTA, T. C. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). *Revista do Serviço Público*, ano 52, n. 4, Brasília, out./dez. 2001.

CUNHA, C. G. S. da. *Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil*. 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3 ed. São Paulo, SP: ed. UNESP, 2007.

CURY, C. R. J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 124, p. 11-32. 2005.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. *Declaração de Bolonha 19 de Junho de 1999*. Itália, 1999. Disponível em: <<http://w3.unl.pt/bolonha/docs-pdf/declaracao-de-bolonha-1/view>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-à-criação-da-Sociedade-das-Nações-até-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

DENHARDT, R. B. *Teorias da Administração Pública*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

FARAH, M. F. S. Administração Pública e Políticas Públicas. *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-36, maio/jun. 2011.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 20, n. 59, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. *Moradia Estudantis: histórico e realidade atual nas IFES: Relatório*. Maceió, 1995.

- FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. 3 ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.
- GADOTTI, Moacir. *A educação contra a educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GARCIA, R. Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental. *Texto para Discussão*, Brasília, DF, n. 776, 2000.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- GUGEL, M. A. Políticas Públicas, Ordem Social, Inclusão Social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA AÇÕES INCLUSIVAS DE SUCESSO, 3., 2004. *Anais...* Belo Horizonte, 2004.
- HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, Rio de Janeiro, ano 21, n. 55, p. 30-41., nov. 2001.
- KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- KONTZ, L. B.; PEIXOTO, L. Q.; PALMEIRA, E. M. Comportamento do consumidor no setor público: aspectos influenciadores da satisfação. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, n. 197, 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/setor-publico.html>>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- KOWALSKI, A. V. *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. 2012. 179 f. Tese (Doutorado)–Faculdade de Serviço Social PUCRS, Porto Alegre, 2012.
- LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia, precarização da universidade e do trabalho docente. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 34, p. 49-64, 2009.
- LIMA, C. P. N. de. A arte da Participação e a Participação pela Arte: uma experiência nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPE. *Serviço Social em Revista*, Londrina, UEL, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002.
- LOBATO, L. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de políticas públicas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

MELO, M. C. de O. L. *Empoderamento de mulheres gerentes: estudo de casos em empresas do setor bancário, industrial e informática*. Belo Horizonte: Faculdade Novos Horizontes, 2009.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MOKATE, K. M. Convirtiendo el 'monstruo' en aliado: la evaluación como herramienta de la gerencia social. *Revista do Serviço Público*, v. 1, n. 8, p. 91-136. 2002.

MOTTA, P. R. Avaliação da administração Pública: eficiência, eficácia e efetividade. In: *Projeto: um novo estado para São Paulo*. São Paulo: FUNDAP, 1992.

MUNANGA, K. O Antirracismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 1996.

NOGUEIRA, R. A.; CAVALCANTE, P. L. Avaliação e monitoramento: duas experiências de institucionalização na gestão das políticas públicas no Poder Executivo Federal brasileiro. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 14., Salvador. *Anais ... Bahia*, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/2168/Nogueira-Cavalcante-Avalia%C3%A7%C3%A3o-e-monitoramento.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

OLIVEIRA, B. R. Street Level Bureaucracy e implementação de políticas públicas: uma revisão da literatura aplicada ao Programa Bolsa-Família em Belo Horizonte (MG). In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 6., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Convibra, 2009.

PALAVEZZINI, J. Trajetória da Assistência Estudantil no Ensino Superior do Brasil. *Revista: Atlante*, Cuadernos de Educación y Desarrollo, 2014. Disponível em: <<http://atlante.eumed.net/wp-content/uploads/assistencia.pdf>. 2014.>. Acesso em: 15 abr. 2016.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 271-294, set./out. 2012.

RODRIGUES, T. S. de A.; SCHMITZ, H.; FREITAS, A. G. B. de. Planejamento educacional no Brasil: análise sobre o Plano Nacional de Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano de Ações Continuadas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 9., 2012, João Pessoa. *Anais Eletrônicos...* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

RUA, M. das G. *A Avaliação no Ciclo da Gestão Pública*. 2004. (Mimeografado).

- SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, E.; SILVA, M. P. da. Equidade e igualdade na reconfiguração da educação superior brasileira – governos FHC e Lula. *Poiésis*, Tubarão, v. 6, n. 10, p. 452-478, 2012.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SILVA, V. A. C. Políticas compensatórias. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG; Faculdade de Educação, 2010. (CD-ROM).
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- STARLING, A. L. P. *REUNI – Proposta: Documento Final*. 2009.
- TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista em Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 529-550, jun. 2008.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VERGARA, S. C. *Projetos e Relatório de Pesquisa em Administração*. 14. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

Recebido em: 28/04/2016

Aceito para publicação em: 30/06/2016

National Program of Student Assistance: an evaluation of low socioeconomic status students at a public university

Abstract

The article aims to analyze the contributions of the actions of the National Program of Student Assistance, in the perception of low socioeconomic status students attending at least the 4th semester of an undergraduate course of a federal public university located in Belo Horizonte, between 2011 and 2014. A descriptive and qualitative case study was conducted. For data collection, 1803 questionnaires were answered and only 124 were considered valid. Twenty students were selected through accessibility using a data saturation criterion and the interviews were conducted with a semi-structured interview guide. The results show that the program, in the respondents' view, contributes to students' permanence, academic education and social inclusion.

Keywords: National Program of Student assistance. Permanence. Social inclusion. Students of low socioeconomic status.

Programa nacional de ayuda estudiantil: una evaluación de los estudiantes de bajo nivel socioeconómico de una universidad pública

Resumen

Este artículo analiza las contribuciones de las acciones del Programa Nacional de Ayuda al Estudiante (Pnaes) según la percepción de estudiantes de bajo nivel socioeconómico, a partir del 4º período de grado universitario de una universidad pública federal con sede en Belo Horizonte, entre 2011 y 2014. Con tal finalidad, se realizó un estudio de caso descriptivo y cualitativo. Para la recolección de datos se aplicaron cuestionarios en el número total de becarios de dicho Programa, de acuerdo con el plazo establecido, y se obtuvieron 124 cuestionarios respondidos. Las entrevistas fueron semiestructuradas y se eligieron 20 estudiantes por accesibilidad, siendo la saturación de datos el criterio usado.

Los resultados muestran que este Programa, según los encuestados, contribuye para la permanencia, la inclusión social y la formación académica.

Palabras clave: Programa Nacional de Ayuda Estudiantil. Permanencia. Inclusión social. Estudiantes de bajo nivel socioeconómico.